

Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa em governos locais brasileiros: análise sob a perspectiva dos múltiplos fluxos de Kingdon e do modelo *top-down e bottom-up*

Reis, Anderson de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

✉ anderssonccoufv@gmail.com

ORCID ID: 0000-0003-2861-5472

Martins, Simone

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

✉ simmone.martins@gmail.com

ORCID ID: 0000-0002-6614-4811

Gomide Souza Pinto, Tainá Rodrigues

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

✉ tainagomide@yahoo.com.br

ORCID ID: 0000-0001-8142-0047

Documento recibido:	10 enero 2020
Aprobado para publicación:	12 febrero 2020

Resumo

O estudo objetiva analisar o desenho da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, ação de fortalecimento da Política do Idoso e, ainda, compreender o processo de adesão por governos locais brasileiros. Tendo os modelos *top-down* e *bottom-up* como referências teóricas, verificou-se que a Estratégia se materializa com ambas influências, trazendo em seu escopo claro direcionamento pelo governo federal, mas mantendo espaços para construção conjunta com os municípios. Utilizando o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon, verificou-se que o processo de adesão nos municípios pode ser explicado tanto pelo fluxo de problemas como pelo fluxo de solução. De forma geral, se observa que a estratégia ainda é incipiente nos municípios, mas que tem, de alguma forma, levantado a questão do idoso como problema público, e destacando a necessidade de escutar os idosos nas ações que são desenvolvidas para atendê-los.

Palavras chave

Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, Política do Idoso, Política Pública

Resumen

El estudio tiene como objetivo analizar el diseño de la Estrategia Brasil Amigo de la Persona Anciana, acción de fortalecimiento de la Política del Anciano y, también, comprender el proceso de adhesión por los gobiernos locales brasileños. Tomando los modelos *top-down* y *bottom-up* como referencias teóricas, se verificó que la Estrategia se materializa con ambas influencias, aportando el gobierno federal una orientación clara, pero manteniendo espacios para la construcción conjunta con los municipios. Utilizando el modelo de corrientes o flujos múltiples de Kingdon, se descubrió que el proceso de adhesión en los municipios puede explicarse tanto por el flujo del problema como por el flujo de la solución. En general, se observa que la estrategia aún es incipiente, pero, de alguna manera, el tema de los ancianos ha surgido como problema público, destacando la necesidad de escucharlos en las acciones que se desarrollan para atenderlos.

Palabras clave

Estrategia Brasil Amigo de la Persona Anciana, Política de Ancianos, Política pública

Abstract

The study aims to analyze the design of the Brazil Friend of the Elderly Strategy, a strategy to strengthen the Elderly Policy. Also to analyze the process of adherence to this strategy by Brazilian municipalities. Considering the *top-down* and *bottom-up* models as theoretical references, it was found that the Strategy materializes with both influences, bringing in its clear direction by the federal government, but keeping spaces for joint construction with the municipalities. Using Kingdon's multiple streams model, it was found that the process of adherence in the municipalities can be explained by both the problem flow and the solution flow. In general, it is possible to observe that the strategy is still incipient in the municipalities. However, in some way, it has raised the issue of the elderly as a public problem, and highlighting the need to listen to elderly in the actions that are developed to serve them.

Keywords

Strategy Brazil Friend of the Elderly, Elderly Policy, Public Policy

Introdução¹

O aumento da expectativa de vida, que repercute no envelhecimento da população, pode ser considerado um avanço para a humanidade em termos de desenvolvimento. No entanto, representa um desafio no que se

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Departamento de Atenção ao Idoso - DAI, da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano - SNPDI, do Ministério da Cidadania - MC - Brasil.

refere à manutenção de uma vida saudável, com qualidade e ativa para as pessoas que possuem mais de 60 anos.

Números do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) revelam que em 1950, havia 205 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo. Em 2012, o número de pessoas mais velhas aumentou para quase 810 milhões. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de 10 anos e que duplique até 2050, alcançando 2 bilhões (UNFPA, 2012).

No Brasil, o processo de envelhecimento da população é observado de forma mais acentuada a partir de meados do século XX, com o declínio da fecundidade e da taxa de mortalidade em algumas regiões mais desenvolvidas. No início do século, a proporção de indivíduos que conseguia alcançar os 60 anos se aproximava de 25%, em 1990 ela superava 78% entre as mulheres e 65% entre os homens; a esperança de vida ao nascer já ultrapassava os 65 anos. Em 2012, havia 23,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, passando de 9,0% em 2001 para 12,6% em 2012, e 13,7% em 2014. Prevê-se que no período entre 2016 e 2050 ocorrerá o mais rápido incremento na proporção de idosos, que terá um aumento de 87,4%, entre 2010 e 2030, e de 198,2%, entre 2010 e 2050 (Faleiros, 2014; Braga et al., 2016).

Em termos de políticas públicas, observa-se que a mudança demográfica só gerou preocupação após o aumento dos gastos governamentais com saúde e previdência que aumentaram com o envelhecimento populacional (Caramano, 2008). Costa & Fávero (2009) destacam que o envelhecimento da população é um desafio, no que diz respeito às políticas de saúde e políticas sociais que visem preservar a saúde e a qualidade de vida da população idosa bem como atendê-la em suas doenças.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 introduziu em suas disposições o conceito de Seguridade Social. A partir daí, houve uma alteração no enfoque da rede de proteção social que passou de estritamente assistencialista, para uma conotação ampliada de cidadania.

Posteriormente, a legislação brasileira procurou se adequar à orientação da Carta Magna. A Lei nº 8.842 de 1994 estabeleceu a Política Nacional do Idoso, criando normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Essa política tem como objetivo, criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão idosos, mas também para aqueles que irão envelhecer. Sendo assim, compete às entidades públicas a criação de locais de atendimento aos idosos, centros de convivência, casas-lares, oficinas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros; apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade e impedir a discriminação do idoso e sua participação no mercado de trabalho (Brasil, 1994; Braga et al., 2016).

Ainda no âmbito da Política Nacional do Idoso, a Lei nº 3.561 de 1997 aprovou o estatuto do idoso, que, de forma geral, exige um redirecionamento de prioridades das linhas de ação das políticas públicas, consolidando os direitos já assegurados na Constituição Federal, sobretudo tentando proteger o idoso em situação de vulnerabilidade social.

Apesar dos direcionamentos dos dispositivos legais para a implementação de política pública voltada à população idosa, estudos como de Damasceno & Sousa (2016) destacam que apenas a criação de instrumentos legais não é suficiente para uma assistência integral e garantia dos direitos legais da pessoa idosa no país. Braga et al, (2016) destacam que as demandas e os desafios são muitos no atendimento das necessidades da pessoa idosa, o que reforça o papel do Estado e da sociedade em reagir, planejar e, principalmente, desenvol-

ver políticas públicas consistentes, no intuito de proporcionar a melhor qualidade de vida possível aos seus cidadãos, incluindo as pessoas que atinjam a terceira idade.

Santos & Silva (2013) apontam que na análise das políticas públicas, voltadas aos idosos, encontra-se uma reprivatização do envelhecimento, na qual, observa-se a ineficiência da ação pública no tocante ao seu papel de proteção social, à privatização do cuidado pela família e a incumbência da velhice como uma responsabilidade individual.

Em virtude da situação, as políticas voltadas para a pessoa idosa o governo federal criou a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, criada por meio do Decreto Nº 9.328 de 3 de abril de 2018. A estratégia tem como objetivo incentivar as comunidades e as cidades a promoverem ações destinadas ao envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão, principalmente da população idosa mais vulnerável (Brasil, 2018). Trata-se de uma iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) – atual Ministério da Cidadania (MC) –, em parceria com os ministérios da Saúde e dos Direitos Humanos - atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos-, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao analisarem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a atenção a pessoa idosa, Fernandes & Soares (2012) ressaltam que o bem-estar dos idosos está sujeito a alocação de recursos em setores além do setor de saúde, com ações voltadas à inserção do idoso no mercado de trabalho e à feminização da velhice.

Diante desse contexto, levantam-se os seguintes questionamentos: como foi instituída a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa no âmbito do governo federal? O que significou o processo de adesão pelos municípios a essa estratégia?

Assim, o objetivo desse artigo é analisar o desenho da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, ação de fortalecimento da Política do Idoso e, ainda, compreender o processo de adesão por governos locais brasileiros. Para tanto, foram analisados os municípios de Guaraciaba (MG), Inhapim (MG), e Morrinhos (GO), em relação à adesão a estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

Estudos realizados no Brasil em relação às políticas públicas para a pessoa idosa realizam análises teóricas sobre o desenvolvimento dos programas de saúde do idoso (Camacho & Coelho, 2010); as produções científicas e os documentos legais sobre as políticas públicas para as pessoas idosas no Brasil (Andrade et al., 2013; Damasceno & Souza, 2016); fatores que se relacionam com a qualidade de vida de idosos no Brasil (Moreira et al., 2013).

Como pode ser observado pelos estudos anteriores, as análises voltadas às políticas para pessoas idosas no Brasil são centradas em estudos teóricos e, ou, documentais, com caráter generalista. Isto porque analisam abordagens de como são ou como deveriam ser as políticas voltadas às pessoas idosas no Brasil, de acordo com o arcabouço legal. Dessa forma, identifica-se uma lacuna a ser preenchida por este estudo, com a realização de uma abordagem empírica, para entender como ocorrem ações voltadas para o idoso em âmbito local, que atendem diretamente a essa parcela da população.

Justificam-se estudos com enfoque em políticas públicas para atendimento da pessoa idosa em função da negligência das ações voltadas para o idoso por parte do governo conforme já demonstrado nos estudos de Damasceno & Sousa (2016); Braga et al, (2016); e Santos & Silva (2013). Além disso, o Brasil passa atualmente por uma inversão da pirâmide etária com crescimento significativo da população idosa. Segundo o IBGE

(2017) a população de idosos no Brasil é de cerca de 30,2 milhões em 2017, o que representa aproximadamente 14,4% da população brasileira. As estimativas para 2050 é que a população idosa represente 21,87% do total da população. Esses dados evidenciam a necessidade de o governo pensar, planejar e executar políticas voltadas ao atendimento das necessidades dessa parcela representativa da população.

2. Modelos Teóricos

Para a análise da instituição da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e da adesão por parte de governos locais brasileiros foram utilizadas como base teóricas o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon e o modelo *top-down* e *bottom-up* de implementação de políticas públicas. Entende-se a Estratégia como uma ação com o intuito de fortalecer a Política Nacional do Idoso, por meio da capacitação dos municípios para organizarem as ações e atividades a serem desenvolvidas para essa parcela da população. Sendo assim, a Estratégia pode ser considerada como parte da formulação e implementação da Política Nacional do Idoso. O modelo dos múltiplos fluxos de kingdon foi utilizado para analisar o processo de adesão dos municípios à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Já o modelo *top-down* e *bottom-up* foi utilizado para a análise do desenho dessa estratégia no âmbito do Governo Federal e como esse desenho foi entendido pelos municípios que compõem esse estudo.

2.1 Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon

Existem diferentes modelos que podem ser utilizados para a análise de políticas públicas. Metten et al., (2015) apontam que desde os anos 2000 o modelo de múltiplos fluxos de kingdon vêm ganhando destaque devido a recorrente utilização em distintos estudos de casos, notadamente no Brasil.

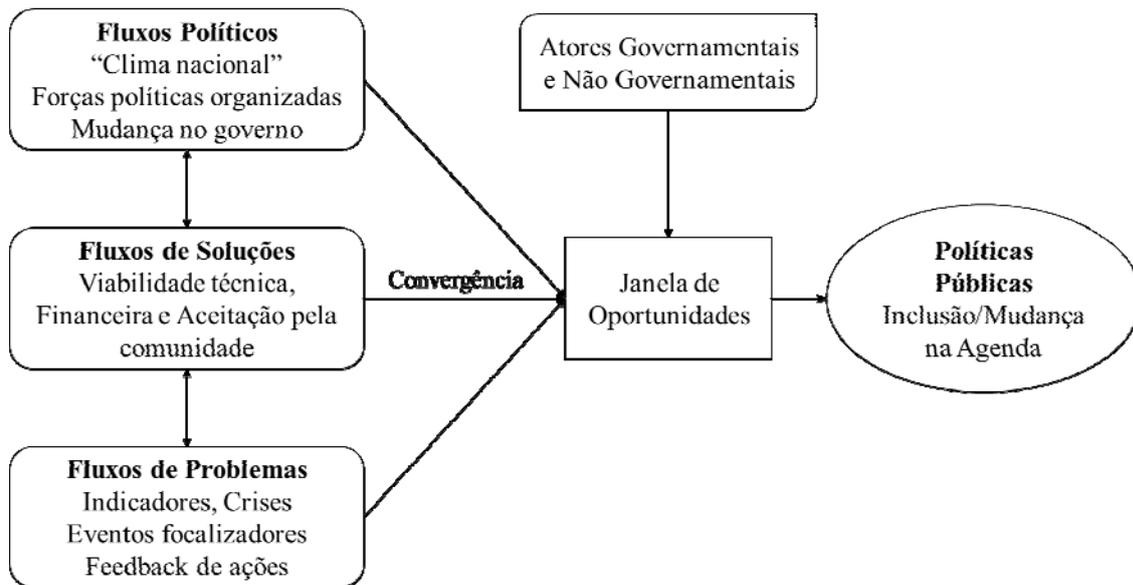
Na análise do processo de formulação de políticas públicas, a compreensão dos procedimentos e efeitos das políticas buscam explicar como esses refletem sobre decisões e processos, intervindo em escolhas de determinados conteúdos de políticas, em detrimento de outros (Trevisani, Burlandy & Jaime, 2012).

A primeira formulação do modelo de Kingdon remete aos anos de 1970 e tinha como intuito analisar as políticas de saúde e transporte nos EUA. O autor tem como ponto de partida o modelo de *Garbage Can*, no qual as organizações são entendidas como anarquias organizadas, cujas escolhas estão presentes em uma "lata de lixo", e que vão sendo reutilizadas pelos participantes na medida em que surgem (Cohen, March & Olsen, 1972).

De forma geral, o modelo é utilizado para tentar entender as decisões e definições de agendas de políticas públicas. Kingdon (2003) busca compreender por que alguns problemas se tornam importantes para um governo, a ponto de os governantes aceitarem uma ideia dentre um conjunto de preocupações existentes e transformá-la em uma política pública.

Almeida, Silva & Silva (2013) explicam que o modelo de Múltiplos Fluxos sugere que o processo de formulação da agenda é altamente competitivo e que mudanças na agenda acontecem quando da convergência de três fluxos, que possuem sua dinâmica própria e que caminham relativamente independentes: o fluxo político (*politics stream*), de soluções (*policy stream*) e o de problemas (*problem stream*), conforme exemplificado na Figura 1:

Figura 1: Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon



Fonte: Elaborado pelos autores com base em (Kingdon, 2003)

De acordo com Kingdon (2003) o fluxo político abrange o ambiente macropolítico, ou "humor nacional" (*national mood*), qualificado por uma situação em que diversas pessoas partilham as mesmas questões durante um determinado período. Também fazem parte do fluxo político as forças políticas organizadas, normalmente exercidas por grupos de pressão, que determinam o apoio ou oposição a uma questão em pauta. Por fim, ainda constitui esse fluxo as mudanças na alta administração, ou seja, dentro do próprio governo (Capella, 2012; Metten et al., 2015).

No fluxo de soluções, as soluções ou alternativas são debatidas em comunidades específicas de especialistas e são definidas a partir de sua viabilidade técnica e financeira (Metten et al., 2015). Almeida, Silva & Silva (2013) explicam que o fluxo de soluções pode ocorrer sem estar relacionado à percepção do problema. As alternativas são originadas nas *policy communities*, ou comunidades geradoras de alternativas. Nelas são geradas as ideias a respeito de soluções, e semelhante ao processo de seleção natural, adaptam-se e combinam umas com as outras, ou permanecem intactas ou ainda são descartadas.

No fluxo de problema Kingdon (2003) aponta que três fatores contribuem para que uma questão seja entendida como problema: indicadores, crises ou *feedback* de outras ações em curso ou concluídas. Os indicadores podem tornar visível a existência de uma situação e sua magnitude. Os eventos focais, como crises, desastres ou símbolos contribuem para enfatizar a atenção em determinado assunto, entretanto, não são suficientes para por si só elevarem um assunto à agenda (Almeida, Silva & Silva, 2013).

Os três fluxos do modelo de Kingdon têm dinâmica própria e acontecem com relativa independência e, por vezes, convergem originando uma oportunidade de mudança na agenda, a qual Kingdon (2003) denomina de janela de oportunidade, ou *windows of opportunity* (Almeida, Silva & Silva, 2013).

Metten et al., (2015) chama a atenção para que outro componente importante no modelo de Kingdon é a atuação dos atores das políticas públicas, que podem ser governamentais (Poder Executivo, ocupando altos postos ou em funções burocráticas; no Congresso, sejam parlamentares ou assessores), ou não governamen-

tais (em grupos de interesse, na comunidade acadêmica, na mídia) que estão sempre prontos para atuar no momento em que uma janela política se abre. Em geral, são especialistas que possuem boa reputação, habilidade de negociação ou detêm certa popularidade política.

O modelo de kingdon pode ser considerado adequado para a análise das políticas públicas, em destaque a política voltada ao idoso, por ser um modelo multifacetado que leva em consideração o processo político e os atores envolvidos nesse processo. Gottens et al., (2013) ressalta que o modelo preconiza a presença da ambiguidade na tomada de decisão no setor público. Esta ambiguidade está relacionada à presença de ambivalência, ou seja, à presença simultânea de diferentes interpretações, muitas vezes conflitantes, sobre um mesmo fenômeno, característica recorrente no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

2.2 Modelo *top-down* e *bottom-up*

A implementação de políticas públicas, na perspectiva de Frey (2000), é a fase do ciclo de políticas públicas em que o intuito maior é instituir ações para colocar em prática a política pública formulada. A implementação é considerada estratégica para o aperfeiçoamento e a institucionalização das ações governamentais, uma vez que ela influencia consideravelmente os resultados obtidos (Oliveira, Martins & Silveira, 2012).

Para Macedo et al., (2016) duas alternativas são importantes no processo de formulação e implementação de políticas públicas: a alternativa de cima para baixo (*top down*) e de baixo para cima (*bottom-up*).

Hill (2006) explica que a perspectiva *top down* tem suas origens no modelo de estágios e sugere uma distinção clara entre a formulação e a implementação de políticas. Nesse modelo a decisão política é implementada pelos representantes governamentais e, assim, é preciso um controle maior sobre os atores da implementação (Monteiro, 2016). A implementação é definida como um processo em que as ações de atores públicos ou privados são dirigidas ao cumprimento de objetivos definidos em decisões políticas já realizadas.

Monteiro (2016) analisa que o modelo *top down* de políticas públicas é caracterizado pela limitada e controlada discricionariedade do burocrata e pelo seu viés organizacional. A discricionariedade limitada se refere ao fato de que os burocratas e administradores públicos têm pouca flexibilidade na implementação das políticas, devendo seguir o estabelecido e normatizado pelas instituições implementadoras. De forma correlacionada, a ênfase organizacional, está centrada no planejamento, na organização, na hierarquia e na centralização das decisões e descentralização da execução.

O modelo *top down* parte da premissa de que a administração pública é perfeita, com disponibilidade ilimitada de recursos e que os fatores externos não influenciam a política, aproximando-se, assim, do modelo racional (Hill, 2006).

Oliveira, Martins & Silveira (2012) destacam que uma crítica recorrente ao modelo *top down* é que as questões relacionadas com as influências ambientais às quais os implementadores estão sujeitos não são levadas em consideração no modelo. Dessa forma, política pública não é considerada como um processo contínuo, mas como uma ação linear com começo e fim determinados e em que ações governamentais são realizadas de cima para baixo.

Já na abordagem *bottom-up*, busca-se avaliar as escolhas dos indivíduos, além de existir uma inter-relação entre formulação e implementação de políticas públicas. As ações dos indivíduos são vistas como respostas a

problemas, portanto existe uma construção empírica de redes entre os atores de base e os tomadores de decisão (Secchi, 2013; Macedo et al., 2016).

Hill (2006) esclarece que na perspectiva *bottom-up* o enfoque é sobre os atores e suas interações entre si e com os órgãos do poder público. O objetivo é identificar quem influencia o quê, como e por quê. O modelo *bottom-up* leva em consideração o papel relevante, que a participação dos atores envolvidos e o ambiente onde estão inseridos têm na definição de como as políticas serão postas em ação (Oliveira, Martins & Silveira, 2012).

Na percepção de Ckagnazaroff et. al (2005) o modelo *bottom-up* busca garantir liberdade maior para o implementador, permitindo-lhe enfrentar as incertezas em relação ao ambiente por meio da flexibilidade e do aprendizado, tendo como resultado a escolha da alternativa mais conveniente para o alcance dos objetivos da política.

3) Procedimentos metodológicos

No intuito de analisar como são concebidas e implementadas as políticas voltadas para os idosos em municípios que aderiram à estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, optou-se por adotar uma abordagem qualitativa e descritiva. Na visão de Marconi & Lakatos (2017) a pesquisa qualitativa apresenta como premissa a análise e interpretação dos aspectos mais densos, de modo a descrever a complexidade da realidade e do comportamento humano e ainda busca subsidiar análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Neste sentido buscou-se conhecer a realidade de três governos locais analisados, para se entender os motivos que levaram à adesão a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI) e ainda, os preparativos para sua implementação. Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, como é o caso deste estudo.

Já abordagem descritiva na percepção de Marconi & Lakatos (2017) tem a finalidade de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Assim, a realidade a ser descrita neste relatório é o contexto dos três municípios, as articulações estabelecidas entre diversos atores governamentais e não-governamentais para adesão à estratégia como forma de fortalecimento da política do idoso em âmbito local.

A amostra de municípios analisados é não probabilística e por acessibilidade. Os municípios foram escolhidos dentre aqueles que aderiram à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa idosa de acordo com o critério de acessibilidade (Guerra & Donaire, 1982). Assim, compõem este estudo os municípios de Guaraciaba (MG), Inhapim (MG) e Morrinhos (GO). Não há a intenção de comparar os municípios, mas de se levantar diferentes panoramas sobre a política de atenção ao idoso no âmbito local.

A opção de contemplar as três cidades no estudo se deu em função de todas aderirem voluntariamente à EBAPI, demonstrando que a temática do idoso é importante na agenda de políticas públicas dessas cidades. Além disso, retratam diferentes realidades de municípios situados em duas diferentes regiões do Brasil, que permitem demonstrar de forma ampla, como a política para o atendimento ao idoso é tratada de forma similar ou diferenciada de acordo com a realidade local.

Foram utilizadas fontes de dados primários, com a realização de entrevistas, e secundários com a utilização de pesquisa documental. A pesquisa documental, que consiste na consulta de fontes documentais diversificadas e dispersas em relação aos dados que se pretende analisar, que ainda não sofreram tratamento analítico (Martins & Theóphilo, 2016), serviu como técnica auxiliar de pesquisa com o intuito de melhor conhecer o

objeto empírico. Dentre as fontes consultadas destacam-se os sites oficiais do governo, leis e decretos, além de outras fontes documentais, com potencial de expressar o arranjo de governança local e esclarecer as questões relacionadas ao processo de adesão do município à Estratégia.

Já os dados primários foram viabilizados por meio de entrevistas em profundidade, com atores protagonistas na gestão local que estão envolvidos com o processo de adesão e implementação da EBAPI nos municípios. As entrevistas, segundo Vergara (2005), são uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. A autora define como qualidade dessa abordagem a flexibilidade que permite ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador/pesquisador ajustar livremente as perguntas.

A coleta de dados ocorreu no período de agosto a dezembro de 2018 e para resguardar o anonimato dos entrevistados, estes receberam a seguinte codificação: Técnicos Responsáveis pela política do idoso no âmbito local – E1, E2 e E3.

O método utilizado para apresentar os resultados foi a análise de conteúdo, adaptada da proposta de Bardin (2011). Para a análise foi utilizada uma grade aberta, acreditando que esta garante maior flexibilidade no processo de descrição e interpretação dos resultados. Bardin (2011) descreve os critérios de organização de uma análise, englobando 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise consiste na organização do material a ser analisado com o intuito de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais (Mozzato & Grzybovsk, 2011). Neste trabalho a pré-análise englobou a leitura da Lei nº 8.842 de 1994 estabeleceu a Política Nacional do Idoso, da Lei nº 3.561 de 1997 que aprovou o estatuto do idoso, do Decreto Nº 9.328 de 3 de abril de 2018 que criou a Estratégia Brasil Amigo da pessoa Idosa e da transcrição das entrevistas realizadas. Com essa primeira leitura buscou-se delinear as diretrizes para a política para a pessoa idosa a ser desenvolvida no âmbito municipal, bem como para identificar os motivos para adesão à estratégia, a sua forma de implementação e as modificações que a mesma pode ter na política municipal para a pessoa idosa.

A segunda etapa da análise de conteúdo diz respeito à exploração do material entendida por Motazzo & Grybovsk (2011) como um processo de definição de categorias (sistemas de codificação) que permitem estruturar a análise. Dessa forma, para este estudo foram determinadas duas categorias. A primeira abrange a análise do desenho da estratégia e sua instituição nos governos locais tendo como base teórica os modelos *Top-down* e *Bottom-up*. Já a segunda categoria é voltada para a análise do processo de adesão à estratégia por parte dos municípios tendo como plano de fundo o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon.

A terceira etapa da análise de conteúdo abrange o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nessa fase são realizados o tratamento dos resultados, a condensação e o destaque das informações de forma sistemática para análise, levando às interpretações inferenciais. Trata-se do momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 2011).

4) Resultados e Discussões

4.1 O Desenho da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa pelo Governo Federal e sua instituição junto aos governos locais

A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI) foi implementada pelo governo federal por meio do Decreto nº 9.328 de 03 de abril de 2018. O intuito é incentivar as comunidades e as cidades a promoverem ações destinadas ao envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão da população, principalmente das pessoas mais vulneráveis. A adesão dos municípios à EBAPI é voluntária e incentivada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério da Cidadania.

A estratégia estabelece cinco diretrizes: (i) o protagonismo da pessoa idosa; (ii) o foco na população idosa, prioritariamente a inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal; (iii) a orientação por políticas públicas destinadas ao envelhecimento populacional e a efetivação da Política Nacional do Idoso, prevista na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e do Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; (iv) o fortalecimento dos serviços públicos destinados à pessoa idosa, no âmbito das políticas de assistência social, de saúde, de desenvolvimento urbano, de direitos humanos, de educação e de comunicação; e (v) a intersetorialidade e a interinstitucionalidade, mediante a atuação conjunta de órgãos e entidades públicas e privadas e organismos internacionais na abordagem do envelhecimento e da pessoa idosa (Brasil, 2018).

De forma similar o governo federal estabelece no decreto o objetivo da Estratégia, bem como a forma de participação dos entes subnacionais com especificação da atuação dos estados e nos municípios.

Aos estados compete indicar o órgão responsável pela Estratégia; indicar os servidores que participarão das capacitações, presenciais ou a distância, oferecidas; auxiliar o Governo federal na sensibilização, na mobilização e na capacitação dos municípios para a adesão e a implementação da Estratégia; fornecer apoio logístico para a realização de capacitações presenciais de servidores e lideranças comunitárias nos Municípios; apoiar tecnicamente, em conjunto com o Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e demais parceiros, os municípios na elaboração do diagnóstico e do plano de ação e na execução das ações; monitorar, em sistema próprio da Estratégia, a sua implementação, inclusive a partir da verificação das políticas públicas, dos programas, das ações, dos serviços ou dos benefícios implementados pelos Municípios; e identificar os Municípios que atendam aos critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, com vistas a habilitá-los ao reconhecimento de certificação de município amigo da pessoa idosa.

Já aos municípios cabe indicar o órgão responsável pela Estratégia; indicar os servidores que participarão das capacitações, presenciais ou a distância, oferecidas; divulgar as capacitações oferecidas, presenciais ou a distância, para as lideranças comunitárias; instituir o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa ou, quando já instituído, mantê-lo ativo, de forma a garantir as condições para o exercício de suas competências legais; elaborar o diagnóstico e o plano de ações; executar as ações do plano; e inserir informações em sistema próprio da Estratégia.

O Decreto também estabelece como será formado o comitê gestor da política, sendo formado por representantes do Ministério de Direitos Humanos, atual Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos; pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério da Cidadania. Como pode

ser observado o comitê gestor da política só possui membros do governo federal, sem a participação direta de representantes dos estados e dos municípios.

Também pode ser observado, conforme as premissas do modelo *top down*, a EBAPI teve seu desenho realizado no âmbito do governo federal que delimitou as diretrizes, os objetivos e a forma de atuação dos governos subnacionais, sem o envolvimento dos estados e municípios em sua concepção. Dessa forma, pode se observar que a estratégia foi entregue “pronta” aos municípios que decidirem aderir e participar de sua instituição.

No documento técnico emitido pelo ministério do desenvolvimento social, atual ministério da cidadania, explica-se que a estratégia é um processo de certificação por meio de selos de reconhecimento conquistados pelos municípios, de acordo com as ações desenvolvidas em prol da pessoa idosa.

A certificação é composta por cinco selos: adesão, plano, bronze, prata e ouro. Para conquistar o selo “Adesão” o município deve aderir formalmente a política por meio de carta de adesão enviada ao ministério do desenvolvimento social. Já para o selo “Plano” o município tem que ter o Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa ativo, ter realizado o diagnóstico, bem como desenvolvido um plano de ações em prol da pessoa idosa.

A certificação pelo selo “Bronze” é condicionada à formalização do Plano Municipal da Estratégia, que deve ser realizado com a elaboração de um projeto de lei que deve passar pelas seguintes etapas: discussão com a população; aprovação; sanção pelo prefeito e divulgação. No entanto, o Plano deve conter ações obrigatórias estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, atual Ministério da Cidadania.

O selo “Prata” de certificação depende da realização de 10 ações conforme definido no sistema de monitoramento da Estratégia. A composição das 10 ações obrigatórias devem ser ações que todos os municípios devem implementar, independente do Diagnóstico, conforme estabelecido pelo Ministério da Cidadania.

O selo “Ouro” também é condicionado a realização de 10 ações conforme definido no sistema de monitoramento da Estratégia, entretanto, neste momento a composição dessas 10 ações devem mesclar ações obrigatórias com ações opcionais e escolhas locais. As ações opcionais são aquelas que os municípios devem selecionar a partir de uma lista de ações pré-estabelecida pelo ministério, para responderem às questões identificadas no Diagnóstico. Já as escolhas locais são ações que os municípios e respectiva população idosa escolherão realizar, de acordo com as suas peculiaridades. Todo o processo de certificação Bronze, Prata e Ouro deve ser acompanhado pelo Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa.

Como pode se observar a determinação da certificação e das ações obrigatórias que todos os municípios devem realizar também caracterizam a implementação da EBAPI como *top down*, dado que há uma delimitação e controle dos burocratas em nível local para a implementação da estratégia.

No entanto, a EBAPI não pode ser considerada uma ação de fortalecimento da Política do Idoso com instituição puramente *top down*. O fato de a certificação Selo Ouro levar em consideração a escolha de ações opcionais, com destaque para o envolvimento dos idosos no processo, bem como as escolhas locais, que são discriçionários aos municípios imprime à EBAPI características do modelo *bottom-up* ao respeitar o protagonismo local, uma vez que o enfoque é sobre os atores e suas interações entre si e com os órgãos do poder público. No caso da EBAPI o protagonismo é focado nas interações com atores idosos e seu envolvimento em todo o processo. Tal envolvimento deve ser validado ou confirmado pelo Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa.

4.2 O processo de Adesão dos municípios a EBAPI pela perspectiva do Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon.

A adesão do município à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa pode ser considerada como o entendimento por parte do município que a questão do idoso é um problema público e está sendo inserida na agenda em âmbito local.

Para entender esse processo de inclusão da questão do idoso na agenda das políticas públicas municipais os motivos apresentados pelos gestores dos municípios de Guaraciaba e Inhapim, do estado de Minas Gerais, e Morrinhos, do estado de Goiás, foram analisados sob a perspectiva do modelo de múltiplos fluxos de Kingdon. Na entrevista realizada no município de Inhapim – MG, percebeu-se que a motivação para a adesão surgiu da percepção do município sobre a violação dos direitos da pessoa idosa, a partir de um levantamento realizado em 2017 em corresponsabilidade entre o CREAS e as Equipes de Saúde da Família.

"O que motivou a nossa adesão foi que no primeiro diagnóstico que nós fizemos aqui no CREAS com relação a violação de direitos a população de pessoas idosa ficou como a segunda mais atingida em violação de direitos, a primeira criança e adolescente e logo após idoso. Então isso nos despertou a ideia de pensar uma estratégia diferente daquilo que nós já desenvolvíamos de ações e atividades pontuais em relação ao idoso". (Entrevistado E1).

Pode-se perceber que no caso de Inhapim é possível explicar a adesão a EBAPI pelo fluxo de problema que na perspectiva de Kingdon (2003) três fatores contribuem para que uma questão seja entendida como problema: indicadores, crises ou *feedback* de outras ações em curso ou concluídas. No caso em análise os fatores são indicadores e o *feedback* do diagnóstico de violação dos direitos realizado no município, que apontou a população idosa como uma das que mais sobre violação de direitos.

Nas entrevistas realizadas no município de Guaraciaba com membros da equipe da Secretaria de Assistência Social (SDS) e da Secretaria de Saúde, percebeu-se que a motivação para a adesão surgiu da percepção de que muitas ações já são realizadas pelo governo local para atendimento da pessoa idosa e a estratégia configura-se, portanto, como uma possibilidade de aprimorar esse atendimento e desenvolver novas ações.

Os entrevistados relatam que veem na estratégia uma possibilidade de formalização e de tornar perene as atividades que já são realizadas, para que elas continuem acontecendo independente das trocas de governo.

Além disso, a representante da secretaria de saúde relatou que se tem no município um gasto alto com os idosos, e quando são desenvolvidas atividades que tornam os idosos mais ativos, esses gastos diminuem.

As entrevistadas E2 e E3 informaram que o município aderiu a EBAPI porque:

"Por ser uma política que igual eu falei por ser independente do mandato e porque a população idosa aqui é bem grande e tem bastante gasto em relação a questão de medicamento, atendimento médico, tem muita coisa. Eles já fazem bastante atividade aqui, igual o CRAS eu acho que é toda terça-feira tem atividade com idoso e ai tem artesanato, musica palestra e não sei mais o que. Aqui tem quatro equipes de PSF (Saúde da Família) e ai cada um faz atividade em sua região". (Entrevistada E2)

"[...] de início o título para o município. Depois, a gente já vem realizando as atividades, então no

intuito de documentar e formalizar essas atividades já são realizadas, oficializar nossos trabalhos. Quando a gente viu nós pensamos assim: olha o município já faz essas atividades com o idoso, tanto na sede como na zona rural, então porque não receber esse título? Não é o título só por status não, é no sentido de mostrar assim que nosso trabalho não vai começar agora, já existe o pensar na política do idoso no município, então porque não documentar e oficializar isso” (Entrevistada E₃)

Observa-se uma expectativa do município que o recebimento do selo da EBAPI formalize as atividades que já são realizadas para o atendimento ao idoso, como forma de reconhecimento, e de tornas as ações contínuas no longo prazo, independente das trocas de governo devido as eleições.

Sob a perspectiva do modelo de múltiplos fluxos de Kingdon a adesão de Guaraciaba pode ser explicada pelo fluxo de soluções e pelo fluxo de problemas. Conforme explicado por Almeida, Silva & Silva (2013) o fluxo de soluções pode ocorrer sem estar relacionado à percepção do problema. São geradas as ideias a respeito de soluções, e semelhante ao processo de seleção natural, adaptam-se e combinam umas com as outras, ou permanecem intactas ou ainda são descartadas. Em Guaraciaba como já existem ações voltadas às pessoas idosas, ou seja, já existem soluções sobre o problema do idoso, então a EBAPI será utilizada para formalização dessas ações.

Com relação ao fluxo de problemas, pode-se observar que o representante da saúde apresenta indicador de gastos com os idosos em relação a saúde, sendo esse gasto maior do que com as demais parcelas da população. Dessa forma, a inclusão da questão do idoso na agenda do município pode levar a um envelhecimento mais ativo, reduzindo os gastos do setor de saúde com a população idosa, levando a resolução desse problema.

Nas entrevistas realizadas em Morrinhos com membros da equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), percebeu-se que a motivação para a adesão surgiu da percepção de que muitas ações já são realizadas pelo governo local para atendimento da pessoa idosa e a estratégia configura-se, portanto, como uma possibilidade de aprimorar esse atendimento e desenvolver novas ações.

“Olha nós temos um trabalho aqui que a gente considera ser um bom trabalho. Juntando com entidades governamentais e não governamentais, o conselho é muito atuante, nós consideramos que temos um bom trabalho. No entanto, também sabemos que temos muito a avançar. Quando nos vimos o programa, por exemplo, o diagnóstico é uma ferramenta interessante que nós ainda não temos, então queremos aproveitar para fazer um bom diagnóstico, e ter ele como base para outras coisas também” (Entrevistada E₄).

As entrevistadas demonstraram que o governo local tem consciência da necessidade de lidar com a questão do envelhecimento populacional. Segundo a entrevistada E₄, a cidade possui centros de convivência com funcionamento diário, ou em dias intercalados, oferecendo atividades diversas, como oficinas de artesanato, dança, ginástica, palestras, entre outros e ILPs governamentais e não-governamentais, para atendimento à pessoa idosa.

As entrevistadas têm a expectativa de que a implementação da estratégia no município, principalmente a etapa de realização do diagnóstico, permitirá a (re)organização das ações que já são realizadas para atendi-

mento à pessoa idosa e contribuirá, ainda, como ferramenta para a discussão e a implementação de novas ações para se melhorar o atendimento a essa parcela da população.

Assim como ocorre em Guaraciaba, no município de Morrinhos a adesão à estratégia pode ser explicada pelos fluxos de soluções do modelo de Kingdon, uma vez que já existem ações desenvolvidas, ou seja, soluções para o problema de atendimento ao idoso já existem, e a expectativa é de aprimoramento das ações já desenvolvidas a partir da EBAPI.

5) Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar o desenho da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, ação de fortalecimento da Política do Idoso e, ainda, compreender o processo de adesão por governos locais brasileiros.

No processo de instituição da EBAPI pelo governo federal verificou-se a presença de características do modelo *top down*, principalmente no que concerne ao estabelecimento de diretrizes, objetivos, forma de participação dos governos subnacionais e de formação do conselho gestor da política. No entanto, a implementação também apresenta características *bottom-up* ao considerar o protagonismo local ao elegerem ações opcionais e de escolhas locais que devem ser desenvolvidas na estratégia, com destaque para a participação das pessoas idosas nesse processo. Dessa forma, a implementação da política pelo governo federal segue um modelo misto com a presença de características tanto *top down*, como *bottom-up*.

Com relação à análise do processo de adesão dos municípios a EBAPI percebeu-se que ele pode ser explicado principalmente pelo fluxo de problemas, bem como pelo fluxo de solução. De forma geral, ou os municípios possuem indicadores que levam a questão do idoso a ser considerada um problema público, ou já existem ações que podem ser consideradas como soluções ao atendimento das pessoas idosas nos municípios, sendo esses os principais fatores que explicam a adesão a estratégia.

Pode-se concluir que, a estratégia ainda é incipiente nos municípios, mas que tem de alguma forma levantado a questão do idoso como um problema público, e destacando a necessidade que essa parcela tem de ser escutada nas ações que são desenvolvidas para atendê-los. 

Referencias

- Almeida, Lia de Azevedo; Silva, Amilton Paulino; Silva, Mônica Aparecida da Rocha. 2013. "Os múltiplos fluxos na formação da agenda climática em Palmas e a participação de redes transnacionais de governos locais", *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. 22: 37-49.
- Andrade, Luana Machado et al. 2013. "Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa", *Ciência & Saúde Coletiva*. 18: 3543-3552.
- Bardin, Lawrence. 2011. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Atlas.
- Braga, Sonia Faria Mendes et al. 2016. "As políticas públicas para os idosos no Brasil: a cidadania no envelhecimento", *Diálogos Interdisciplinares*. 5:94-112.
- Brasil. Decreto nº 9.328, de 3 de abril de 2018. Institui a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, Brasília, DF, junho 2018. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9328-3-abril-2018-786402-publicacaooriginal-155160-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2018.
- Brasil. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, janeiro 1994. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 30 set. 2018.
- Brasil. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 30 set. 2018.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2018.
- Camacho, Alessandra Conceição Leite Funchal; Coelho, Maria José. 2010. "Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática", *Revista Brasileira de Enfermagem*. 63: 279-284.
- Camarano, Ana Amélia. 2008. *Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Nordeste*. Brasília: IPEA.
- Capella, Ana Cláudia N. 2012. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: Gilberto Hochman, Marta Arretche, e Eduardo Marques (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ckagnazaroff, Ivan Beck et al. 2005. Da gestão da intersetorialidade: o caso do programa BH Cidadania, Brasil. In: Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública, 10, Santiago, Chile.
- Cohen, Michael D.; March, James G.; Olsen, Johan P. 1972. "A garbage can model of organizational choice", *Administrative Science Quarterly*, v. 17: 1-25.
- Costa, Filomena Guterres; Fávero, Maria Helena. 2010. "As transformações das representações sociais sobre o envelhecer, o envelhecimento e o idoso: uma pesquisa de intervenção" *Fragmentos de Cultura: Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*. 20. 255-266.

- Damasceno, Carolinne Kilcia Carvalho Sena; Sousa, Cristina Maria Miranda de. 2017. "Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil", *Revista Interdisciplinar*. 9: 185-190.
- Faleiros, Vicente de Paula. 2014. "Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios", *Argumentum*. 6: 6-21.
- Fernandes, Maria Teresinha de Oliveira; Soares, Sônia Maria. 2012. "O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil", *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 46: 1494-1502.
- Frey, Klaus. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21: 211-259.
- Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). 2012. Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafios. Disponível em: <http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Portuguese-Exec-Summary.pdf>. Acessado em: 05 de fev de 2018.
- Gottens, Leila Bernarda Donato et al. 2013. "O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites", *Saúde e Sociedade*. 22: 511-520.
- Guerra, Mauri José; Donaire, Denis. *Estatística Indutiva: Teoria e aplicações*. São Paulo: Livraria Ciência e Tecnologia.
- Hill, Michael. 2006. Implementação: uma visão geral. In: Enrique Saravia, Elisabete Ferrarezi (Org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP. Disponível em: <<http://www.ena.gov.br/>>. Acessado em: 14 nov. 2018.
- Kingdon, John W. 2003. *Agendas, alternatives, and public policies*. 3. ed. Nova York: Harper Collins.
- Macedo, Alex dos Santos et al. 2016. "O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos", *Cadernos EBAPE*. BR. 14: 593-618.
- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. 2017. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, Gilberto de Andrade; Theóphilo, Carlos Renato. 2017. *Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas*. 3ed, São Paulo: Atlas.
- Metten, Antoine et al. 2015. "A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon", *Revista de Administração Pública*. 49: 915-936.
- Monteiro, Lorena Madruga. 2017. "Modelo "Top Down": uma reflexão sobre a implementação de políticas públicas e a participação dos gestores governamentais", *Revista Gestão Organizacional*. 9, n. 3, 2017.
- Moreira, Ramon Missias et al. 2013. "Qualidade de vida, saúde e política pública de idosos no Brasil: uma reflexão teórica", *Revista Kairós: Gerontologia*. 16: 27-38.
- Mozzato, Anelise Rebelato; Grzybovski, Denize. 2011. "Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios", *Revista de Administração Contemporânea*, 15: 731-747.

- Oliveira, Ana Claudia Pedrosa de; Martins, Simone; Silveira, Suely de Fátima Ramos. 2012. "Uma análise da implementação do programa Minas PCH: o caso da PCH Cachoeirão", *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*. 15: 44-59.
- Oliveira, Antonio Deusivam de Oliveira et al. 2014. "A intersetorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil", *Revista Kairós: Gerontologia*. 17: 91-103.
- Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro de. 2016. "Envelhecimento populacional e políticas públicas: desafios para o Brasil no século XXI", *Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica*. 8: 1-20.
- Santos, Nayane Formiga; Silva, Maria do Rosário de Fátima e. 2013. "As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice". *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*. 10: 358-371.
- Secchi, Leonardo. 2013. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning.
- Trevisani, Jorginete de Jesus Damião; Burlandy, Luciene; Jaime, Patrícia Constante. 2012. "Fluxos decisórios na formulação das condicionalidades de saúde do programa bolsa família" *Saúde e Sociedade*. 21: 492-509.
- Vergara, Sylvia Constant. 2005. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.

Sobre los autores/ About the authors

Anderson de Oliveira Reis é doutorando em Administração (Pública) na Universidade Federal de Viçosa e professor de contabilidade na Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares. Simone Martins é doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gérias e professora de contabilidade na Universidade Federal de Viçosa. Líder do grupo de pesquisa CNPq Espaços Deliberativos e Governança Pública – GEGOP. Tainá Rodrigues Gomide Souza Pinto é doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gérias e professora de administração e contabilidade na Universidade Federal de Viçosa..

URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto

Asociación GIGAPP.
ewp@gigapp.org